

10º CONGREJUFE

- Conjuntura Internacional e Nacional

A conjuntura e os desafios da categoria e da classe para enfrentar e derrotar os ataques, evitar retrocessos e avançar em conquistas

5

“Apesar dos estreitos limites que nos impõem a lei e a gramática, nós ainda podemos nos mexer”.

Graciliano Ramos, in Memórias do Cárcere

10

Introdução

15 Estamos às vésperas de mais um Congresso da Fenajufe, ao mesmo tempo em que vivemos sob a maior crise da história recente do país, o que nos exige grande esforço de reflexão e debate, para enfrentar o cenário e conjuntura desafiadores que temos pela frente e melhor organizar a categoria na sua luta por valorização, salários dignos e atualizados, manutenção e ampliação dos direitos já conquistados e melhores condições de trabalho.

20 “Não importa até onde se chegou, mas para onde se está indo. E para quem não sabe onde quer chegar, qualquer caminho serve”. Essa expressão da sabedoria popular, de autoria desconhecida, é mais uma ilustração de que para definirmos onde queremos chegar é fundamental que compreendamos como chegamos até aqui, e que nos situemos para seguirmos adiante defendendo nossos direitos e construindo uma alternativa dos trabalhadores à crise posta.

25

Crise econômica mundial e suas consequências na vida dos povos

30 A crise econômica mundial, desencadeada a partir de 2007/2008, persiste em seus efeitos estruturais, sem que haja um horizonte de superação, mesmo depois de mais de uma década de políticas de "austeridade" impostas aos povos pelas classes dominantes e seus governos. A economia mundial patina e não há horizonte de crescimento significativo, a começar pelas maiores economias.

35 Em consequência, persiste e intensifica-se a instabilidade política e a polarização social em todas as partes do mundo. O aumento da exploração sobre os trabalhadores como saída buscada pela burguesia é uma realidade em todo o mundo. A desigualdade, a pobreza e a concentração de renda aumentam drasticamente em decorrência de medidas duras de austeridade adotadas pela classe dominante.

40 A profunda crise econômica e social leva a disputa política para os extremos. A inexistência de alternativas concretas à esquerda, somadas ao

10º CONGREJUFE

esgotamento das políticas de conciliação de classes e de frente popular dos partidos e governos ditos progressistas e social-democratas abriram espaço para a ascensão de setores de extrema direita, com plataformas reacionárias, xenófobas e de ódio. Mas não é sem resistência que esses ataques ocorrem, como se vê pela ampliação do debate político e por grandes mobilizações em todo o mundo, inclusive no centro do capitalismo (Estados Unidos e Europa).

Efeitos da crise econômica mundial no Brasil e suas consequências na vida da população

No Brasil, a situação não é diferente. Anos depois de atingir o país em cheio, a crise econômica persiste. As medidas de “ajuste” implementadas por todos os governos não surtiram o efeito propalado, e a estagnação persiste após anos de recessão econômica, com elevado índice de desemprego e subemprego, achatamento salarial, perdas de direitos e rebaixamento do padrão de vida da população. A receita aplicada, no entanto, é levar ao extremo o receituário de “austeridade”, com vistas à retomada do crescimento da economia em outras bases, e ao mesmo tempo que se busca garantir o financiamento da dívida pública que já consome mais de 40% de tudo que o país arrecada e não para de se multiplicar.

Esse padrão de reconfiguração do estado e da economia no Brasil está assentado em um processo de reversão neocolonial, com inserção ainda mais subordinada da economia brasileira no mercado internacional, e pressupõe, como condição para o acúmulo de capitais privados e a retomada do ciclo econômico, o rebaixamento geral do padrão de vida da população trabalhadora – seja por meio da redução dos salários e direitos arcados diretamente pelos empregadores, e da massa salarial como um todo, seja por meio da supressão e da redução de direitos sociais e da prestação de serviços por meio do estado, além da ampliação do espaço para o financiamento da dívida pública e o rentismo financeiro.

As consequências sociais da crise e da estagnação, e do receituário aplicado pelo andar de cima para acomodá-la, são cada vez mais drásticas. Para além dos números da economia, são dramaticamente sensíveis a explosão do desemprego e das formas precárias de ocupação e subemprego, da miséria, da violência urbana, a precarização e piora dos serviços públicos, entre outros efeitos, que atingem ainda mais duramente os mais pobres – ampla maioria da população.

Crise de regime

A crise atual, em suas diversas manifestações, expõe as contradições profundas de um regime supostamente democrático em uma economia periférica e uma sociedade extremamente desigual.

A crise econômica e a crise social precipitaram a eclosão de uma também profunda crise política. Um marco fundamental do desencadeamento desse processo foram as chamadas jornadas de junho de 2013. Objeto de muitas discussões e incompreensões, ao aglutinar milhões de pessoas em torno de demandas relativas ao estado, direitos e serviços públicos, aquele fenômeno já

10º CONGREJUFE

expunha e denunciava com contundência a estreiteza dos canais institucionais de representação política e reivindicação.

- 90 A falta de permeabilidade do sistema político às demandas sociais e populares exacerbou-se com a crise econômica e mais mobilizações significativas se sucederam ao longo dos últimos anos, com características semelhantes – embora muitas vezes dispersas e com suas próprias singularidades. Nesse cenário, a polarização social decorrente da crise exacerba essa contradição da
95 democracia restrita, que não se realiza.

Assim, a demanda por mais democracia, por baixo, confronta-se com a necessidade do sistema político de restringir ainda mais a já precária e limitada democracia brasileira – como condição para a contenção da resistência à imposição do desmonte dos direitos. Em profundidade, vivenciamos a crise da
100 nova República, assim denominado o pacto político celebrado no andar de cima com a redemocratização e materializado na Constituição de 1988. Sequer aquela democracia de baixa intensidade se sustenta nos marcos atuais de reorganização da economia, do estado e da sociedade.

Aquele pacto, em que pese ter na Constituinte absorvido parte das demandas populares na esteira da luta e resistência contra a ditadura militar, acomodou os interesses da elite e não enfrentou contradições fundamentais da história nacional, como o padrão de desenvolvimento econômico (com a política de "ajuste" permanente desde os anos 1990), a profunda desigualdade social, e o caráter autoritário e pouco democrático do estado brasileiro. Essas
105 contradições foram escamoteadas e vieram à tona nos últimos anos com força. Nesse contexto, o elemento mais notório da conjuntura atual é a ascensão eleitoral e primeiros meses do governo de extrema direita de Jair Bolsonaro.

Gênese e antecedentes do novo governo

- 115 A crise do regime político e o fracasso das instituições para resolver os problemas sociais da população foram o pano de fundo das eleições de 2018. Em um contexto de vazio de representatividade e profundo ceticismo com a política institucional das últimas décadas, a eleição de Jair Bolsonaro (PSL-RJ) como presidente marca, em primeiro lugar, o repúdio da população aos
120 partidos do regime – especialmente PSDB, MDB e PT.

Entretanto, apesar de se apresentar como uma alternativa supostamente antissistêmica, Bolsonaro é a expressão mais apodrecida e atrasada do sistema político nacional. A escolha de uma candidatura que defende abertamente a violência como solução para os problemas nacionais, priorizando o discurso de ódio, preconceito e chegando, até mesmo, a saudar a tortura e a ditadura militar, marca a falência total da chamada nova República. A falta de respostas para as demandas populares e o desvelamento da podridão do sistema político nos escândalos de corrupção, a precariedade e sucateamento dos serviços públicos, o desemprego e a queda da renda, a
125 violência e a insegurança, levaram a população à descrença e à rejeição a “tudo que está aí”. Bolsonaro – há 27 anos no Congresso Nacional sendo eleito por alguns dos partidos mais corruptos do país (PDC, PPR, PPB, PP) – surfou
130

10º CONGREJUFE

a onda de “outsider”. A velha e superficial polarização que ocupou a política institucional nas últimas décadas ruiu.

135 Logo após a reeleição de Dilma (PT) em 2014, já instalada a crise do regime político, os escândalos de corrupção no governo, aliados à perda de sua base social de apoio – em grande parte devido ao estelionato eleitoral caracterizado por ataques a direitos que negaram o discurso feito em campanha – evidenciaram a falta de condições do governo para adotar as medidas
140 impopulares e drásticas que a elite exigia. Ao mesmo tempo, a perda da hegemonia do movimento de massas tornava o PT incapaz de conter a insatisfação popular e tutelar as mobilizações de rua, como ocorrera no período anterior. Isso ficou evidente, em particular, a partir das jornadas de junho de 2013.

145 O aprofundamento da crise econômica levou ao esgotamento da política de conciliação de classes patrocinada pelo lulopetismo em períodos de relativo crescimento econômico. Não havia mais margem para agradar a todos, e os setores dominantes precisavam de medidas mais duras contra nossos direitos, de mais intensidade nos ataques para jogar a conta da crise sobre os
150 trabalhadores.

Nesse contexto assume Michel Temer (MDB-SP), após a articulação palaciana que resultou no impedimento de Dilma Rousseff. Mesmo sem legitimidade alguma e com o governo envolvido em incontáveis escândalos de corrupção, o governo Temer buscou implementar projeto que se denominou “ponte para o
155 futuro”, baseado no seguinte tripé: 1) *corte de gastos*, 2) *reforma trabalhista* e 3) *reforma da previdência*.

A primeira medida de grande impacto veio ainda no final de 2016, com a aprovação da EC 95/2016, que congelou os gastos sociais por vinte anos, medida sem paradigma nas economias de outros países e que gera um
160 prejuízo incalculável na continuidade dos serviços públicos de qualidade, fundamentais especialmente para a população mais pobre do país.

Essa iniciativa abriu as portas para a aprovação da terceirização ampla e irrestrita pelo Congresso Nacional, precarizando profundamente as relações de trabalho e avançando no objetivo de privatização dos serviços estatais sob o
165 argumento de “contenção de gastos”, enquanto, paradoxalmente, a dívida pública segue consumindo metade do orçamento da União para enriquecer os banqueiros e rentistas, que há muito tempo dão as cartas na política nacional.

A continuidade da agenda de destruição de direitos teve seu auge com a aprovação da contrarreforma trabalhista, um retrocesso de décadas, esvaziando o conteúdo da CLT ao permitir a prevalência do negociado sobre a
170 lei mesmo em prejuízo ao trabalhador, retirando direitos históricos e, ao contrário do que pregavam governo e empresariado, sem resolver o desemprego recorde do país. Ao contrário, a destruição da CLT jogou milhares de trabalhadores na informalidade ou em outras formas precárias de contratação, como o trabalho intermitente, a terceirização e a “pejotização”.
175

10º CONGREJUFE

Apesar de tantos retrocessos, a intensa resistência dos trabalhadores e movimentos sociais no mesmo período merece destaque. A greve geral de 28 de abril – que mobilizou cerca de 40 milhões de trabalhadores – e o Ocupa Brasília de 24 de maio – que mobilizou aproximadamente 130 mil ativistas de
180 todo país na capital federal –, em especial, foram momentos marcantes da mobilização ao longo de 2017. Foi essa resistência que, em uma conjuntura de tantas dificuldades, conseguiu impedir a aprovação da contrarreforma da Previdência, projeto de maior importância para os planos do governo e que, se aprovada, teria praticamente inviabilizado a aposentadoria da maioria da classe
185 trabalhadora do país. A dimensão dessa vitória é proporcional ao esforço de Temer em sentido oposto: o governo gastou milhões em propaganda oficial, teve apoio massivo da grande imprensa, despendeu outros milhões em compra de votos e liberação de emendas parlamentares. Nossa luta, no entanto, foi mais forte e impôs fragorosa derrota ao governo corrupto de Temer, da elite
190 empresarial e financeira e da mídia atrelada e dos parlamentares atrelados, onde muitos deles foram derrotados nas urnas.

Não é exagero dizer que a forte mobilização, combinada com a ausência absoluta de credibilidade do governo Temer, com popularidade próxima a zero, por muito pouco não concretizou a consígnia “Fora Temer”, que viria a ser
195 preso somente em 21/03/2019, levando setores do petismo e de outros partidos a defendê-lo, como se a disputa fosse entre a Lava-Jato e as instituições, que não conseguem debelar suas várias crises e contradições. Mas no dia 25.03, o vampiro neoliberal foi logo solto.

No entanto, a mobilização foi contida e limitada, em grande parte, pelo papel de
200 “freio de mão” desempenhado pelas grandes centrais sindicais, notadamente a CUT. Os desmontes das greves gerais de junho e dezembro foram um balde de água fria em momento crescente da luta, exemplificando a opção do PT e seus satélites por uma “oposição domesticada”, operando dentro da mesma lógica institucional e parlamentar de seus supostos algozes, inclusive com eles
205 fazem acordos e selando alianças eleitorais. Deve ser destacado o empenho dessa oposição burocrática ao governo em canalizar as forças populares para um projeto eleitoral descolado das mobilizações de rua, e que, por isso mesmo, não oferecia soluções reais para os problemas do povo.

Estava então pavimentada a “ponte” para a vitória eleitoral de Bolsonaro no
210 primeiro e segundo turnos, apesar da intensa mobilização pelo #elenão, protagonizada pelas mulheres, que extrapolou a campanha eleitoral petista - cuja plataforma também firmava compromisso com o “ajuste” - e denunciava o desprezo do então candidato Bolsonaro pelos direitos humanos e pelas liberdades democráticas, e a defesa escancarada do autoritarismo.

215 **Início do governo Bolsonaro**

Já no terceiro mês de governo evidenciam-se os conflitos no núcleo do poder (entre os segmentos político, ideológico, parlamentar, militar, religioso, econômico), considerando as diferentes frações reunidas em torno daquela que
220 não era a opção preferencial dos setores econômicos dominantes, mas que por eles foi abraçada na medida em que se credenciou a canalizar grande parte da insatisfação popular e a assumir, desde logo, a agenda de “reformas”.

10º CONGREJUFE

Além disso, vieram à tona logo de início escândalos envolvendo o mandatário e seus aliados: o caso do filho Flávio Bolsonaro e os depósitos pelo assessor Queiroz, o esquema das candidaturas laranjas do partido (PSL), e ainda a
225 ligação que se revela com setores vinculados às milícias no RJ. Além da queda de um ministro e da suspeição e desconfiança que pairam sobre outros, para não mencionar as medidas e posturas de alguns deles, que vão desde a aparente mudança de opinião do notável ministro da justiça, o ex-juiz Sergio Moro, sobre o crime de caixa 2, até medidas e declarações estapafúrdias do
230 ministro da educação.

E o principal, sob a batuta do "Chicago boy" Paulo Guedes, as iniciativas e os planos de desmonte sem precedentes do estado e dos serviços públicos, incluindo "reformas" como a da Previdência, a intensificação da "reforma" trabalhista somada às ameaças de extinção da Justiça do Trabalho,
235 privatizações, e a recém anunciada intenção de desvincular todo o orçamento público, medida que desfiguraria o estado e sua estrutura de proteção social, ainda que precária, como a conhecemos hoje - mais uma expressão da ruptura com o pacto da Constituição de 1988.

De início e em uma canetada, o governo simplesmente extinguiu ministérios importantes, com destaque para o ministério do trabalho, e deslocou a proteção
240 ao meio ambiente e a demarcação de terras indígenas, reforma agrária, e titulação de terras quilombolas à agricultura, comandada por uma ministra ligada à UDR, entre outras medidas.

A Previdência e a agenda de devastação

A questão central do momento é sem dúvida a "reforma" da Previdência e a luta em defesa do direito à aposentadoria. Escamoteada durante a campanha, logo após o resultado das eleições foi anunciada como prioridade do governo eleito. A proposta de Bolsonaro não tem precedente - é ainda pior que a de
245 Temer e leva ao extremo os ataques promovidos sucessivamente pelos governos FHC, Lula e Dilma ao sistema de seguridade instituído a partir da
250 Constituição de 1988.

A proposta batizada como "nova Previdência" inclui a retirada da Constituição das regras da aposentadoria, a drástica elevação das idades e do tempo de contribuição, a imposição do sistema de capitalização - que joga o futuro das
255 aposentadorias nas mãos dos bancos e causou prejuízos, quebras e miséria em vários lugares do mundo, e o confisco salarial dos servidores por meio da elevação das alíquotas, entre outros graves ataques. Além de ser a porta de entrada para o desmonte dos direitos trabalhistas, por meio do regime da chamada carteira "verde e amarela". A proposta atinge duramente a todos, com
260 efeitos ainda mais drásticos em relação às mulheres e aos mais pobres. Guedes diz pretender "economizar" mais de um trilhão de reais em dez anos, às custas de nossas aposentadorias.

Somado a isso, o governo patrocina também uma agenda de ataques às liberdades democráticas e de repressão às lutas, que vem desde a campanha
265 eleitoral, e que passa pelo endurecimento da lei antiterror (herdada de Dilma), pacotes "anticrime", lei da "mordça" (como são chamados os projetos "escola

10º CONGREJUFE

sem partido"), "monitoramento" de entidades da sociedade civil, entre outras ameaças e iniciativas no sentido da criminalização dos movimentos sociais, há muito enfrentadas no país.

270 Os ataques à oposição, aos sindicatos e à imprensa mostram a disposição de solapar as oposições e divergências, e impor a "ideologia" do governo.

275 Bolsonaro confirma suas ameaças abertas ao ativismo e aos sindicatos ao editar a MP 873/19 e o Decreto 8.069/19, que representam gravíssimos ataques à liberdade de organização sindical, como parte das liberdades democráticas previstas na Constituição, com o objetivo escancarado de asfixiar e inviabilizar financeiramente os sindicatos, notadamente no momento em que, como nunca antes, serão um polo fundamental na defesa de direitos dos trabalhadores que estão sob ataque.

280 Nesse contexto, merecem atenção especial a comunidade LGBT, negros(as), mulheres e indígenas. Não apenas pelas propostas do programa de governo que restringem conquistas históricas, mas também pelas ameaças de extinção das ações afirmativas, do fim da demarcação de terras indígenas e quilombolas e da proibição da união homoafetiva, entre outras. Declarações públicas de Bolsonaro atacando esses segmentos foram destaques de sua campanha. Sob
285 esse discurso, houve o empoderamento de grupos de extrema direita organizados e o incentivo a ações de violência que ocorrem em todo o país.

Correlação de forças e enfrentamento

Embora o autoritarismo político sejam o modus operandi para a implementação, na economia, da radicalização do ajuste sobre os
290 trabalhadores com o ultraliberalismo que norteia o governo, onde não lhe falta disposição para implementar medidas nesse sentido, as possibilidades de fechamento do regime e de restrição do resíduo democrático existente também dependem, em grande medida, da correlação de forças que consiga aglutinar na base da sociedade e em certa medida também nas instituições, mas
295 fundamentalmente da capacidade de mobilização dos trabalhadores. Se por um lado há unidade na agenda de desmonte de direitos entre os setores que compõem o governo e entre os setores econômicos que lhe dão sustentação política, por outro há também fragilidades decorrentes das próprias contradições de sua formação.

300 Bolsonaro favoreceu-se do esvaziamento do debate político durante a campanha (no que foi muito ajudado pelas outras candidaturas ditas principais), de modo que não foi de fato submetida ao crivo popular sua agenda de devastação ultraliberal, que busca a todo custo implementar. Além de não ter obtido maioria efetiva de votos, o presidente dispõe do menor índice de
305 popularidade em início de governo desde FHC, e não deve entregar o que prometeu, a começar por segurança e emprego, entre outros direitos exigidos pela população. Esta frustração em relação ao governo pode engrossar o caldo da insatisfação e favorecer a mobilização popular em defesa dos seus direitos. Nesse cenário, é fundamental a organização independente e unitária dos
310 trabalhadores para fazer frente aos ataques e preservar direitos. As mobilizações de rua dos últimos anos, com destaque para as mulheres, e a

10º CONGREJUFE

315 greve geral de 2017 apontam o caminho. O último 8 de março foi um dia de mobilizações importantes, e as próximas datas de mobilização no calendário devem ser impulsionadas. A oposição ao governo e a suas medidas não podem ficar restritas apenas ao espaço parlamentar e institucional, sob pena de uma grande derrota. É preciso trazer a luta para o campo dos trabalhadores, nos locais de trabalho, nos bairros e nas ruas.

320 A defesa da Previdência é a primeira grande batalha contra o governo, e deve ser travada com todas as energias, sem concessões. É preciso manter o alerta quanto a pressões de determinados setores por "negociações" em torno do texto, em barganhas de grupos de interesse localizados. Inclusive no movimento sindical já há notícias de que representantes de centrais sindicais reuniram-se com representantes do governo para discutir a "reforma", e não está distante no retrovisor o histórico de negociações de grandes centrais, 325 como a Força Sindical e a CUT, em relação às reformas da Previdência dos governos FHC e Lula. O rebaixamento da pauta só antecipará uma derrota, que somente poderá ser evitada se houver unidade e firmeza em defesa desse direito fundamental.

330 As diversas centrais sindicais, em unidade com os demais movimentos sociais, têm a tarefa de superar as divergências existentes e organizar uma grande frente de luta contra a Reforma da Previdência e outras pautas comuns, que possa fazer frente aos ataques, sem tergiversações em relação à pauta, e que deve ser construída pela base.

335 O diálogo entre as centrais no período recente, que pautou e implementou a Assembléia Nacional da Classe Trabalhadora em 20/02 em SP e o Dia Nacional de Lutas em 22/03, que contou com grandes atos contra a reforma da previdência em várias capitais e cidades, foi um grande passo. Iniciativas como os fóruns unificados dos trabalhadores nos estados e macrorregiões, comitês de luta contra a Reforma da Previdência, entre outras formas de 340 enfrentamento, cumprirão um papel importante na unificação e catalisação das lutas urgentes e necessárias que se impõem na defesa de direitos da categoria, da classe e do conjunto da população, na perspectiva da construção de uma nova Greve Geral para derrotar o governo e suas medidas de destruição de aposentadorias, dos direitos trabalhistas e de todo sistema de 345 seguridade social conquistado nas lutas.

Conclusão

350 Para enfrentar este cenário e conjuntura polarizada, apresentamos ao Congrejufe propostas para um plano de lutas, apontando os itens prioritários a serem perseguidos pela nossa categoria no próximo período, o que exigirá máxima coesão, unidade e participação nas lutas, para garantir direitos fundamentais e evitar retrocessos. É fundamental a construção de um bom plano de lutas para armar a Fenajufe, os sindicatos e toda a categoria para as lutas que se seguirão.

355 Coletivo LutaFenajufe

10º CONGREJUFE

Saulo Costa Arcangeli – Coletivo LutaFenajufe

360

APOIO

Adilson Rodrigues Santos - Justiça Federal/Santos

365 Ana Luiza de Figueiredo Gomes – Téc. Jud/Aposentada - TRF3 - Diretora Executiva do Sintrajud/SP

Cristiano Moreira, JT/RS- COORDENADOR DA FENAJUFE E DO SINTRAJUFE/RS

370 Inês Leal de Castro - Téc. Jud do TRT2 - Diretora Executiva do Sintrajud/SP

Denise Carneiro - JF- Bahia- Diretora do Sindjufe/BA

Eliseu da Silva Trindade – Téc. Jud./TRF3 – Diretor Executivo do Sintrajud

375

Maria Angélica Olivieri – Téc. Jud. JF/SP – Diretora de Base/Aposentada do Sintrajud/SP

Raquel Morel Gonzaga – Téc. Jud. TRE/SP - Diretora de Base do Sintrajud/SP

380

Ronald de Carvalho Fumagali - Téc. Jud do TRT2 - Diretor de Base do Sintrajud/SP

João Carlos Carvalho da Silva, JF Marília SP - Diretor de Base do Sintrajud

385

José Carlos Sanches – Ag. de Seg. da JF Franca/SP

Saulo Arcangeli - Analista de Informática do PRT/MPU - coordenador da FENAJUFE e Diretor do Sintrajufe/MA

390

Tarcisio Ferreira TRT-2/Fórum Trabalhista Ruy Barbosa- diretor do Sintrajud/SP

Lynira Rodrigues Sardinha - diretora do Sintrajud/SP

395

TRT-2/Cubatão - Irsard@hotmail.com

Lucas José Dantas Freitas

JF/Osasco- Diretor do Sintrajud/SP

400

Fabiano dos Santos

TRT-2/Unidade Administrativa-Diretor do Sintrajud/SP

Luciana Martins Carneiro

TRF-3 - Diretora do Sintrajud/SP

405

Ester Nogueira de Faria

10º CONGREJUFE

JF/Aposentada--Diretor do Sintrajud/SP

410 Maria Ires Graciano
Lacerda JEF/São Paulo-DiretorA do Sintrajud/SP

415 Maria Ires Graciano
Lacerda
JEF/São Paulo-DiretorA do Sintrajud/SP

Claudia Vilapiano Teodoro
de Souza
JF/Campinas-DiretorA do Sintrajud/SP

420 Claudia Renata de Moraes Araújo
TRT-2/Fórum Trabalhista Ruy Barbosa--Diretora do Sintrajud/SP

425 Maurício Rezzani
TER- mauriciorezzani@hotmail.com.br--Diretor do Sintrajud/SP

Marcus da Silva Vergne
TRT-2/Fórum Trabalhista
Ruy Barbosa-Diretor do Sintrajud/SP

430 Henrique Sales Costa
TRT-2/Fórum Trabalhista
Ruy Barbosa - -Diretor do Sintrajud/SP

435 Antonio Carlos Lauriano da Silva
JF/Santos-Diretor do Sintrajud/SP

Fausta Camilo Fernandes
JF/Caragatatuba--Diretor do Sintrajud/SP

440 Gilberto Terra
JF/Fórum Previdenciário-Diretor do Sintrajud/SP

445 José Dalmo Vieira Duarte
TRF-3-Diretor do Sintrajud/SP

Rafael Scherer, técnico judiciário TRT4, diretor do Sintrajufe/RS

Fagner Iohara Xavier Azeredo - Téc. Jud JF/RS - direção Sintrajufe/RS

450 Frederico Barboza – Anal. Jud. TRE/BA

Jailson da Silva Lage. OJAF da JF/BA

455 Fernanda Marques Rosa - JF-BA

Lindinalva Souza - Aposentada do TRE-BA

10º CONGREJUFE

Pedro Aparecido de Souza – OJAF/TRT-MT

460 Euler Pimentel - Téc. Jud do TRT-PE

Sergio Murilo de Souza – servidor da JT/SC

465 Jair Cunha – servidor do TRE-BA

Cleber Borges de Aguiar – Ag. Seg. do TRF3 - Diretor de Base do Sintrajud/SP

José Júnior Alves Mesquita da Silva – servidor TJDFT

470 Eldo Luiz Pereira Abreu – Téc. Jud. do MPDFT

Elcimara Augusto de Souza – Téc. Jud TJDFT - Coordenadora da FENAJUFE

475 Cleide Navas – servidora aposentada/TRF3

Mauricio Renault de Barros Correia, analista judiciário, TRE-RJ

480 Paulo Sérgio da Silva Falcão – Téc. Jud. da JF/AL - Coordenador Geral do Sindjus/AL

Helenio Porto Barros – servidor TRE/RJ – Coordenador da Fenajufe

Rodrigo Mércio Diretor Sintrajufe/RS

485 Ruy Almeida - diretor Sintrajufe/RS e Técnico do TRT

Miriam Cunha Bastos – Téc. Jud. – JF/SP

490 Maria Lúcia Lima Albuquerque Martins – OJAF – TRT/BA

ENDOSSOS

495

João Carlos Carvalho da Silva

Henrique Sales Costa

Jailson da Silva Lage

saulo costa arcangeli

500 Inês Leal de Castro

Frederico Barboza

Ana Luiza de Figueiredo Gomes

Elcimara Augusto de Souza

Tarcisio Ferreira

505 Adilson Rodrigues Santos

Fagner Iohara Xavier Azeredo

10º CONGREJUFE

510

515